

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Cidade de Santos Class.: 042

Data: 09.01.83 Pg.: _____

**Funai veta trabalho do
Cimi junto aos waimiris**

BRASÍLIA (Sucursal) — Através do Ofício 441/82, o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, negou autorização para quatro agentes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) trabalharem junto aos índios waimiri-atroari, no Sul de Roraima. Entre as autorizações negadas encontram-se as dos missionários Egdio Schwade e Tomaz Aquino Lisboa.

O pedido de autorização foi feito em setembro de 82 e, na ocasião, o presidente da Funai desafiou o missionário Egdio Schwade a desenvolver trabalho nas áreas dos waimiri-atroari e yanomami, afirmando que a Funai estava necessitando de pessoal para trabalhar nas bases. Os missionários encaminharam o pedido que foi negado no final de dezembro.

Os argumentos usados para negar a autorização são: "Desconhecimento de que o Cimi desenvolva trabalhos ligados a pesquisas etnográficas e científicas; já existe técnico realizando estudos etnográficos e linguísticos dos povos waimiri-atroari, em perfeita consonância com os interesses da Funai; toda e qualquer atividade de pesquisa está disciplinada pelo Decreto 65057, ficando resguardado à Funai autorizar ou não o ingresso em área indígena."

Alega ainda a Funai que a autorização foi negada porque o Cimi se "mostrará desfavorável à celebração de convênio com a Funai". Todas as autorizações para área indígena dependem do coronel Ivan Zanoni Hausen, diretor da Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas (Agesp).

AUTORITARISMO

Ao comentar a decisão da Funai, o missionário Egdio Schwade afirmou que "a Funai não é uma parceira adequada para a celebração de um convênio válido, a menos que ela desista de seus propósitos autoritários. O autoritarismo com que impõe a sua política parte de que ela é a única a ditar as linhas da política indigenista brasileira. Em momento algum, missionários, antropólogos, indigenistas e organismos interessados na causa indigenista tiveram sequer condições de um diálogo. Qualquer convênio celebrado em tais condições está viciado pela sua própria natureza, pois não apresenta as mínimas exigências de parceria".

Quanto ao argumento de que existe um técnico na área, o missionário espera que esse argumento "não se transforme em cavalo de batalha da Funai ou em mais uma missão comprometida com a pilhagem e a exploração dos amazônidas".

O missionário denunciou ainda que, neste momento, enquanto é negada sua autorização, a Funai permitiu a entrada de 200 homens na área indígena para "rasgar uma estrada que já penetra 28 quilômetros dentro do território indígena. Além disso, a sede da mineração Taboca, dentro da área, conta atualmente com 1500 homens trabalhando na exploração do minério".